

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

INTERESSADO: DJU

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÃO – 12ª CONTRATOS WEEK,
SEMANA DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS

Prezado Diretor Presidente,

Considerando a necessidade contínua de aprimoramento dos colaboradores envolvidos nas contratações desta empresa pública, ante a complexidade da matéria e constante necessidade de atualização acerca das normas e entendimentos jurisprudenciais aplicáveis às licitações e contratos, solicitamos autorização para contratação de 04 (quatro) vagas para participação em capacitação na 12ª Contratos Week, organizada pelo Instituto Negócios Públicos, para os seguintes colaboradores:

COLABORADORES	SETOR
MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS	DJU
MARCOS PAULO MARCONDES JÚNIOR	DJU
MARIA AUGUSTA MENDES GONÇALVES DA SILVA	DJU
VITÓRIA MASS SPISILA	DJU

O art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016 dispõe, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver
inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados,
com profissionais ou empresas de notória especialização,
vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e
divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou
executivos;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
 - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
 - g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*
- (...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

De acordo com o artigo supra colacionado, quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de competição entre os possíveis fornecedores de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se tal procedimento, este deverá estar sempre devidamente fundamentado, especialmente quanto a justificativa da escolha do fornecedor e a justificativa do preço da contratação.

No caso em tela, o que se pretende é a participação de colaboradores da APPA na capacitação: “12ª CONTRATOS WEEK, SEMANA DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS” realizado pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS, conforme demais especificações e elementos contidos no termo de referência, **amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de capacitação ministrada por instituição notoriamente especializada**, sendo oportuno destacar ainda que a formatação de um curso depende de aspectos impassíveis de comparação, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a capacidade dos professores, entre outros.

Não obstante, a fim de atender ao disposto no art. 30, §3º, II da Lei 13.303/2016, convém destacar que a escolha do Instituto Negócios Públicos decorre do fato de este organizador atuar há mais de 20 anos na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos, sendo reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes públicos.

O Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisa na Administração Pública Ltda, obtém reconhecimento pelo mercado acerca da qualidade e confiança das informações e soluções produzidas pelo Instituto. Ainda, considera-se que os temas abordados no evento serão de grande valia para os colaboradores da APPA, eis que intimamente ligados com a rotina laboral dos participantes. Ainda, em que pese a prescindibilidade da realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

Ainda, em que pese a prescindibilidade da realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) **pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar**”. (Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

Consultando o site do organizador, verifica-se que o valor da inscrição para participação na capacitação é de **R\$ 6.180,00 (seis mil, cento e oitenta reais)** por participante:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA



RESERVE A SUA VAGA NO 12º CONTRATOS WEEK
SÃO MAIS DE 30 HORAS DE CAPACITAÇÃO
EM 5 DIAS DE ESTUDOS INÉDITOS

09 A 13 DE JUNHO DE 2025

EVENTO PRESENCIAL

FOZ DO IGUAÇU / PR

POR: R\$ 6.180,00

(<https://negociospublicos.com.br/contratosweek/> - Acesso em 01/05/2025 às 12h)

Dessa forma, verifica-se que o valor proposto pelo organizador do evento se encontra devidamente justificado, na medida em que, conforme consulta realizada ao seu site oficial, o preço por participante praticado no mercado é uniforme e corresponderia ao mesmo valor aplicado à APPA.

Ainda assim, o organizador encaminhou proposta com condições especiais destinadas exclusivamente à participação de colaboradores da APPA, conferindo caráter vantajoso à contratação ao oferecer preço personalizado à esta empresa pública:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

A/C: VITÓRIA MASS SPISILA

Encaminho a proposta acerca do **12º Contratos Week**, que será realizado nos dias **9 a 13 de Junho de 2025**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
4	6.180,00	2.472,00	22.248,00

Por fim, compulsando o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA, verifica-se que o art. 80 dispõe sobre a forma de instrução, no que couber, dos processos de contratação direta. Com a finalidade de demonstrar o preenchimento dos requisitos e regularidade da contratação, elaborou-se a tabela abaixo colacionada:

Art. 80 O processo de contratação direta será instruído, no que couber , com os seguintes elementos mínimos:	
I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Não se aplica, objeto não relacionado com obras, serviços ou compras de engenharia.
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica, a contratação não se dá em caráter emergencial.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Justificativa da escolha do fornecedor constante na C.I. em tela e no termo de referência.
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	A disponibilidade orçamentária para a despesa pretendida será verificada pela DAF no momento oportuno.
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Os pareceres serão exarados no momento oportuno.
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Documentos devidamente juntados ao protocolo.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Termo de Referência anexo, constando todos os requisitos elencados neste inciso.
§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.
§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da	Não se aplica, eis que a contratação será por

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.	inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
---	--

Demonstrada a regularidade do procedimento, encaminha-se o protocolo para autorização para deflagração da fase interna do procedimento de contratação direta pelo Diretor Presidente.

Atenciosamente,

VITÓRIA MASS SPISILA
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assinado digitalmente

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO
Assinado digitalmente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Contratação de inscrições para quatro servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) participarem do evento "12º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos", a ser realizado presencialmente em Foz do Iguaçu/PR, no período de 09 a 13 de junho de 2025, promovido pelo Instituto Negócios Públicos.

2. JUSTIFICATIVA

Ao proporcionar a participação de seus colaboradores em congressos que promovem o compartilhamento de experiência com profissionais representantes de diversas entidades a APPA adquire, mediante processo de internalização, maior amplitude analítica para enfrentar o pluralismo das relações comerciais.

A capacitação técnica dos servidores é medida essencial para a melhoria da gestão contratual, sendo esta uma das áreas mais demandadas e sensíveis da Administração Pública, em especial nas estatais. No âmbito da APPA, a Diretoria Jurídica tem papel central na orientação e prevenção de riscos relacionados aos contratos administrativos, atuando em apoio a diversas áreas operacionais.

Isso se desdobra em maior eficiência nos despachos orientativos, os quais considerarão os mais atualizados vieses do mercado portuário, restando também em compasso com o posicionamento que vem sendo adotado pelas autoridades de referência do nicho.

Sob a ótica jurídica, o ganho alcançado por experiências como essa, trará maior solidez, agilidade e segurança jurídica na sugestão das melhores práticas de atuação. Além disso, ao oferecer a devida capacitação aos funcionários tem-se melhorias de produtividade, uma vez que a partir dos treinamentos os colaboradores adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para sua atividade profissional.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

A participação de quatro servidores no 12º Contratos Week contribuirá para a formação mais abrangente e atualizada do corpo técnico da APPA, em especial nas temáticas voltadas à gestão contratual, inovações regulatórias e instrumentos de controle.

Além da programação comum a todos os participantes, o evento inclui a realização de oficinas temáticas simultâneas, com possibilidade de seleção pelos participantes conforme seu campo de atuação. A presença de quatro representantes permitirá à APPA ampliar o alcance dos conteúdos, com cobertura de diversos núcleos temáticos e posterior disseminação do conhecimento nas respectivas áreas de trabalho.

Convergingo estes fatores, o resultado tem características únicas, de caráter insubstituível; o que inviabiliza a comparação objetiva com outros eventos que tratem de natureza semelhante, ainda que, abordem pontualmente, alguns temas em comum.

É essa configuração distinta, que possibilita somente a contratação sob a égide da inexigibilidade, afastando por completo, a natureza competitiva do mercado de cursos e eventos realizados de forma regular/periódica.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO. ESPECIFICAÇÕES.

Evento: 12º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos

Data: 09 a 13 de junho de 2025

Local: Foz do Iguaçu/PR

Carga horária: 30 horas

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Participantes indicados:

Marcus Vinícius Freitas dos Santos (Diretor Jurídico),
Maria Augusta Mendes Gonçalves da Silva (Coordenadora Administrativa),
Marcos Paulo Marcondes Júnior (Assessor da CCONT),
Vitória Mass Spisila (Coordenadora de Licitações e Contratos).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto desta contratação não é serviço comum.

5. PESQUISA DE PREÇOS. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 40 da Lei nº 13.303/2016 e ao artigo 80, § 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, a pesquisa de preços para contratações por inexigibilidade deve ser realizada mediante a comprovação da compatibilidade do valor com o praticado no mercado ou com aquele obtido em contratações anteriores do mesmo prestador, em condições semelhantes.

***Art. 80** O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:*

(...)

***§1º** Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;*

O valor individual da inscrição é de R\$ 6.180,00, conforme tabela pública divulgada no site oficial do evento. Assim, **o custo total para a inscrição de quatro servidores seria de R\$ 24.720,00 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte reais)**, havendo ainda o acréscimo de despesas relacionadas a deslocamento e diárias dos servidores,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

conforme normativas internas da APPA. Destaca-se, no entanto, que a APPA recebeu proposta com valor mais vantajoso para a participação dos 4 (quatro) colaboradores indicados, qual seja:

Encaminho a proposta acerca do **12º Contratos Week**, que será realizado nos dias **9 a 13 de Junho de 2025**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
4	6.180,00	2.472,00	22.248,00

O Instituto Negócios Públicos é entidade amplamente reconhecida nacionalmente pela realização de eventos de excelência na área de contratações públicas.

Conforme se extrai do material de divulgação, o evento que tem duração de 5 dias, contará com especialistas abordando as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação, sendo considerado um dos maiores e mais relevantes eventos sobre contratos administrativos e das estatais no país.

Sua programação contempla temas de alto impacto na rotina das estatais, como:

Contratos de facilities e de built to suit: Inovações eficientes para os contratos administrativos e das estatais

Palestrante: Christianne Stroppa

Garantias trabalhistas nos contratos administrativos: Papel do Estado ou paternalismo indevido?

Palestrante: Lindineide Cardoso

Contratação de startups: Boa alternativa ou mais um problema a ser enfrentado

Palestrante: Joel Niebuhr

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Uso da Inteligência Artificial nos contratos administrativos: Inovações para obtenção de bons resultados

Palestrante: Abimael Torcate

Contratos de eficiência e o paradoxo “lucro-incompetência”

Palestrante: Paulo Reis

Além das palestras, também serão realizadas oficinas de aprofundamento técnico em temas como:

Planejamento da contratação de serviços continuados: condições obrigatórias e relevantes

Oficineiro: Thiago Zagatto

A fase preparatória do processo e suas consequências na execução contratual

Oficineiro: Abimael Torcate

As formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e a justa remuneração ao contratado: avanços, deficiências e desafios

Oficineira: Lindineide Cardoso

Os novos contornos do contrato: impactos na administração pública direta e indireta

Oficineira: Karine Machado

A aplicação de instrumentos de gerenciamento de riscos e controles no âmbito da execução contratual

Oficineiro: Thiago Zagatto

Apoio e auxílio da assessoria jurídica e dos órgãos de controle: como deve funcionar?

Oficineiro: Rafael Sérgio de Oliveira

Subcontratação nos contratos administrativos: limites e providências

Oficineira: Christianne Stroppa

Como se vê nos exemplos destacados, o evento reúne **nomes de grande destaque no cenário vanguardista do Direito Administrativo brasileiro**, com elevada formação acadêmica e experiência prática consolidada. O **currículo dos palestrantes está disponível para consulta pública** no material de divulgação do evento, acessível em:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

<https://negociospublicos.com.br/contratosweek>. Cópia desse material também será anexada ao processo para fins de instrução e comprovação da notória especialização.

6. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida se enquadra como inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 30, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, diante da inviabilidade de competição, justificada pela singularidade do objeto e pela notória especialização dos profissionais envolvidos.

É também a previsão expressa no inciso II, alínea “f” do artigo 77 do RILC que APPA, que excetua da licitação as contratações destinadas ao treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, quando houver inviabilidade de competição, na contratação dos serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização.

O citado artigo ainda traz insculpido, no § 1º que “*considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato*”.

A empresa promotora do evento, Instituto Negócios Públicos, é referência nacional na produção de conhecimento, capacitação e realização de eventos técnicos voltados à Administração Pública. Atuando desde 2003, é reconhecida por sua competência, abrangência e compromisso com o aprimoramento contínuo dos agentes públicos brasileiros. A empresa é responsável pela realização de importantes congressos e seminários no país, como o Fórum Nacional de Licitações e Contratos e o próprio Contratos Week, cujo sucesso reiterado se reflete na sua 12ª edição.

As informações institucionais, histórico, missão e atividades desenvolvidas pela Negócios Públicos podem ser consultadas em <https://negociospublicos.com.br/sobre.html>, sendo este material também considerado como suporte para a justificativa da notória especialização exigida por lei.

O Instituto Negócios Públicos é o organizador exclusivo do evento 12º Contratos Week, detendo o direito de inscrição e disponibilização de conteúdo aos participantes. Dada a singularidade do evento, sua reconhecida qualidade técnica, bem como a especificidade da temática alinhada às necessidades da APPA, resta caracterizada a

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

inviabilidade de competição, sendo juridicamente adequada a contratação por inexigibilidade.

7. LOCAL DE ENTREGA

O curso será realizado no município de Foz do Iguaçu – Paraná.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os itens ofertados

Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto.

Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade.

Entregar os produtos objetos do presente contrato nas especificações contidas no Termo de Referência e demais elementos que integram o Processo Administrativo.

Apresentar os documentos fiscais dos produtos fornecidos em conformidade com a legislação vigente.

Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e Termo de Referência, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.

Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.

Comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias.

Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato.

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados no patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros devido à incorreta execução do objeto.

Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Nomear, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato, fornecendo os necessários meios de comunicação com os mesmos.

Fornecer à CONTRATANTE, no mínimo, um número de telefone fixo, um número de telefone móvel e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato.

Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência se torne necessário ampliar o horário da prestação de serviços ou prorrogar o prazo de execução do contrato.

Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades, salvo quando devidamente justificado e após expressa e formal autorização da CONTRATANTE;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito do objeto.

Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

Cumprir e fazer cumprir todos os termos do Código de Ética e Disciplina da CONTRATANTE.

Comparecer pessoalmente à sede administrativa da CONTRATANTE para assinatura de contratos e eventuais aditivos contratuais, quando solicitado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato e no Edital.

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta neste contrato.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais.

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas em relação ao objeto do contrato, determinando o prazo para sua correção.

Recusar os produtos que forem apresentados em desacordo com as normas técnicas específicas.

Promover a publicação do extrato do presente contrato e de seus eventuais aditamentos no Diário Oficial do Estado do Paraná e em sítio eletrônico da CONTRATANTE, até o décimo dia útil do mês subsequente à contratação.

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. REAJUSTE. PREÇO. PAGAMENTO.

A esta aquisição não se aplica o conceito de reajuste.

Os serviços deverão ser prestados pelo preço ofertado na proposta, que tem o valor global de **R\$ 22.248,00** (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais).

O pagamento do valor do objeto será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura eletrônica, através de crédito em conta corrente bancária em até 30 (trinta) dias da emissão, recebimento, aceitação e certificação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica emitida pela contratada.

Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE devolverá a fatura para as devidas correções.

Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

O pagamento da inscrição será efetuado em nome de Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. CNPJ:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

10.498.974/0002-81, BANCO DO BRASIL AG.1622-5 CONTA: 20504-4.

O descumprimento das condições do item acima acarretará a postergação do pagamento por tantos dias quantos corresponderem ao atraso.

A APPA não fica obrigada, de qualquer forma, a pagar qualquer aumento de preço que provenha de atraso nos prazos programados, por culpa do contratado.

11. SUSTENTABILIDADE

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental.

A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades e tomar medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra qualquer passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

12. SUBCONTRATAÇÃO

O objeto deste Termo de Referência não admite a subcontratação do objeto em função de suas peculiaridades.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a sua continuidade.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

14. CONTROLE DE EXECUÇÃO

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA designará grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo à APPA e seus colaboradores, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

Na hipótese de dispensa de redução à termo escrito de Contrato, os participantes do curso colocam-se como responsáveis pelos atos da contratação que lhes couber.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

16. MATRIZ DE RISCO E GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza da contratação, voltada à prestação de serviços educacionais internos, com riscos operacionais mínimos e possibilidade de reprogramação de datas em caso de intercorrências, entende-se que a elaboração de matriz de riscos não se mostra necessária para esta contratação.

A execução do objeto poderá ser imediatamente ajustada ou interrompida caso não atenda às expectativas de qualidade previstas.

O risco financeiro é mitigado pela forma de pagamento ajustada, que ocorrerá após a realização do curso e mediante a certificação dos serviços prestados.

Em razão da curta duração da execução, da natureza do objeto e da possibilidade de correção imediata de eventuais falhas, também não será exigida garantia contratual.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

17. RECEBIMENTO DO OBJETO

Realizado o evento pela contratada e expedidos os respectivos certificados de participação dos colaboradores da APPA, será considerada cumprida a obrigação assumida pela contratada e recebido o objeto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

APRESENTAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025

12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOSFOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL

O EVENTO

Em sua **12ª edição**, esse é o evento com a maior carga horária sobre o tema, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos. Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação.

PÚBLICO-ALVO

- Agentes públicos em geral;
- Fiscais e gestores de contratos;
- Membros de comissão de licitação;
- Assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesa;
- Autoridades superiores;
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas;
- Servidores que atuam direta ou indiretamente na área de Contratos Administrativos.



CARGA HORÁRIA: 30 HORAS



MATERIAL DE APOIO



- Apostila impressa, ou digital, com conteúdo exclusivo do evento



- Certificado Geral com carga horária de 30 horas ficará disponibilizado através da nossa plataforma **www.npevents.com.br**

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



AMBIENTE

Evento ministrado na modalidade presencial em Foz do Iguaçu/PR, no Hotel Mabu.

Serão cinco dias de evento, totalizando 30 horas de capacitação.

Realizado no período da manhã, das 08h00 às 12h00, e da tarde, das 14h às 18h00 (Sexta-feira das 08h00 às 12h30).

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.



Mabu
HOTÉIS & RESORTS

Mabu Thermas Grand Resort

Av, das Cataratas, 3175

Vila Yolanda - Foz do Iguaçu/PR

Reservas: 0800 41 7040

TABELA HOSPEDAGEM - PARTICIPANTES (RUN OF THE HOUSE)

APARTAMENTO	VALOR DIÁRIA	TAXA ISS	TAXA DE TURISMO/POR APTO
SINGLE	R\$638,25	5%	R\$3,90
DUPLO	R\$735,74	5%	R\$3,90
TRIPLO	R\$913,72	5%	R\$3,90
QUÁDRUPLO	R\$1091,48	5%	R\$3,90

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



PROGRAMAÇÃO

SEG | 09/06

16h00 às 19h30	Credenciamento
19h30 às 20h00	Abertura do Salão
20h00	Cerimônia de Abertura <i>Palestrante: Negócios Públicos</i>

TER | 10/06

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	Contratos de facilities e de built to suit: Inovações eficientes para os contratos administrativos e das estatais <i>Palestrante: Christianne Stroppa</i>
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 às 12h30	Centralização de Compras na Prática: Estratégias para uma Gestão Eficiente de Contratos e Atas <i>Palestrante: Viviane Mafissoni</i>
12h30 às 14h00	<i>Almoço</i>
14h00 às 16h00	Palestra: ESG e Governança: Uma nova era para a Administração Pública ou mais do mesmo? <i>Palestrante: Paulo Alves</i>
16h00 às 16h30	<i>Intervalo</i>
16h30 às 18h00	Garantias trabalhistas nos contratos administrativos: Papel do Estado ou paternalismo indevido? <i>Palestrante: Lindineide Cardoso</i>

*A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



QUA | 11/06

08h00 às 10h00	Oficinas da Manhã
10h00 às 10h30	Intervalo
10h30 às 12h30	Oficinas da Manhã
12h30 às 14h00	Almoço
14h00 às 16h00	Oficinas da Tarde
16h00 às 16h30	Intervalo
16h30 às 18h00	Oficinas da Tarde

OFICINAS PRESENCIAIS MANHÃ	OFICINAS PRESENCIAIS TARDE
<p>1. Processo sancionatório, formalização e consequências, nos termos da Lei nº 14.133/2021. – Viviane Mafissoni</p> <p>2. Planejamento da contratação de serviços continuados: condições obrigatórias e relevantes. – Thiago Zagatto</p> <p>3. A fase preparatória do processo e suas consequências na execução contratual. – Abimael Torcate</p> <p>4. Sistema de Registro de Preços: do gerenciamento da Ata à gestão e fiscalização dos contratos – Paulo Reis</p> <p>5. A inexorável chegada da governança das contratações e a preponderante atuação da alta administração: temos muito a fazer! – Paulo Alves</p>	<p>6. As formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeira e a justa remuneração ao contratado: avanços, deficiências e desafios. – Lindineide Cardoso</p> <p>7. Os novos contornos do contrato: impactos na administração pública direta e indireta. – Karine Machado</p> <p>8. A aplicação de instrumentos de gerenciamento de riscos e controles no âmbito da execução contratual. – Thiago Zagatto</p> <p>9. Apoio e auxílio da assessoria jurídica e dos órgãos de controle: como deve funcionar? – Rafael Sérgio de Oliveira</p> <p>10. Subcontratação nos contratos administrativos: limites e providências. – Christianne Stroppa</p>

*A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025

12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOSFOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL

QUI | 12/06

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	Uso da Inteligência Artificial nos contratos administrativos: Inovações para obtenção de bens resultados Palestrante: Abimael Torcate
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 às 12h30	Contratos de eficiência e o paradoxo “lucro-incompetência” Palestrante: Paulo Reis.
12h30 às 14h00	<i>Almoço</i>
14h00 às 16h00	TALK SHOW - Assessoria Jurídica, Auditoria e Gestão de Contratos: Um triângulo (nada) amoroso Mediadores: Paulo Reis e Lindineide Cardoso.
16h00 às 16h30	<i>Intervalo</i>
16h30 às 18h00	O novo direito administrativo e a supremacia do interesse público Palestrante: Karine Machado

SEX | 13/06

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	Contratação de startups: Boa alternativa ou mais um problema a ser enfrentado Palestrante: Joel Niebühr
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 às 12h30	Domínios temporais das normas contratuais da Lei nº 14.133/2021 Palestrante: Joel Niebühr
12h30	ENCERRAMENTO <i>Negócios Públicos</i>

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025

12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOSFOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL

COORDENADORES TÉCNICOS

PAULO REIS

Professor, Engenheiro Civil e Advogado



- O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.
- Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC
- É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.

LINDINEIDE CARDOSO

Bacharel em Direito, Professora e instrutora em licitações e contratos.



- Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral.
- Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora.

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



PALESTRANTES

CHRISTIANNE STROPPA

Doutora e Mestra em Direito Administrativo



- Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo.
- Ex- Procuradora da Universidade de São Paulo.
- Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN).
- É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.

JOEL NIEBÜHR

Doutor em Direito Administrativo



- Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC; Autor dos livros “Princípio da Isonomia na Licitação Pública” (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); “O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória” (São Paulo: Dialética, 2001); “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); “Pregão Presencial e Eletrônico” (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); “Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos” (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães); “Licitação Pública e Contrato Administrativo” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013); “Licitações e Contratos das Estatais” (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes).

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



PAULO ALVES

Servidor do Superior Tribunal de Justiça

- Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA.
- Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil.
- Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos.



ABIMAEEL TORCATE

Professor, Palestrante e Analista Administrativo

- Analista Administrativo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH.
- Membro do Setor de Governança e Estratégia do Complexo Hospitalar da UFC/ EBSEERH.
- Professor e escritor da área de logística pública.
- Pós-graduado em Gestão de Hospitais Universitários Federais, pelo Hospital Sírio Libanês.
- Pós-graduado em Licitações e contratos (CERS). Certificação Black Belt em Lean Six Sigma.
- Administrador e editor do perfil @euteajudoallicitar (Instagram).

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025

12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOSFOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL**RAFAEL SÉRGIO DE OLIVEIRA**

Especialista em Direito Público

- É fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico- Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF).
- Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.

**VIVIANE MAFISSONI**

Viviane Mafissoni

- Membro do Instituto Nacional da Contratação Pública; servidora pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul desde 2010; onde já atuou como membro da Assessoria Jurídica e da Comissão Permanente de Licitações, pregoeira, diretora de departamento responsável pelo credenciamento de licitantes, planejamento de compras por registro de preços, gestão de atas e aplicação de penalidades a licitantes e subsecretária substituta da Central de Licitações do RS; Atualmente é Chefe do Serviço de Compras Centralizadas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, vinculada ao Ministério da Educação; é autora de artigos, palestrante e professora de pós graduação da Escola Mineira de Direito.

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



KARINE MACHADO

MBA em Gestão da Administração Pública

- MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – ICAT.
- Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub (Brasília/DF).
- Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF).
- MAGISTÉRIO: Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU.
- Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial.
- PUBLICAÇÕES: Co-autora do livro Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Autora de artigo publicado na Revista do TCU.



THIAGO ZAGATTO

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União

- Graduado em engenharia civil e cursando o 10º semestre de direito na Universidade de Brasília – UNB. Atuou como Engenheiro Orçamentista e executor de obras em empresa de construção civil. No TCU, participou como membro, coordenou e supervisionou diversas auditorias em processos licitatórios. Atualmente é Diretor de Divisão encarregada de planejar e contratar os serviços continuados para o Tribunal de Contas da União, possuindo grande experiência na elaboração de Estudos Preliminares e Termos de Referência.

O MAIOR EVENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO BRASIL!

09 A 13
DE JUNHO
DE 2025



12º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FOZ DO IGUAÇU/PR
EVENTO PRESENCIAL



INVESTIMENTO

R\$6.180,00 (por participante)

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- **Apostila impressa** com conteúdo exclusivo;
- **Certificado:** Terá direito ao certificado **somente** o aluno/participante devidamente inscrito no curso.

PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ 10.498.974/0002-81) no seguinte banco credenciado:



Agência: 1622-5
Conta Corrente: 20504-4

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778.1887
Whatsapp: (41) 98877.0234

falecom@institutonp.com.br
negociospublicos.com.br/contratosweek

Av. José Maria de Brito, 1707
Jardim das Nações | Foz do Iguaçu/PR
CEP 85.864-320



NEGÓCIOS
PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

PROPOSTA COMERCIAL

Curitiba, 29 de Abril de 2025

Proposta nº 19.732/2025

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
A/C: VITÓRIA MASS SPISILA

Encaminho a proposta acerca do **12º Contratos Week**, que será realizado nos dias **9 a 13 de Junho de 2025**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
4	6.180,00	2.472,00	22.248,00

2 CARGA HORÁRIA:

30 horas de capacitação

3 ESTÁ INCLUSO:

• 01 jantar de abertura; • 07 coffee break; • 04 almoços; • Material de Apoio; • Acesso a palestras e oficinas; • Certificado Digital 05 dias após o término do evento; • Gravação 30 dias após o término do evento na plataforma www.npevents.com.br.

4 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 09/06/2025

Atenciosamente,
LILIAN SILVA
Consultor Comercial

Instituto Negócios Públicos
Telefone: (41) 3778-1887
WhatsApp: (41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br

Av. José Maria de Brito, 1707 - Jd. das
Nações, Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85.864-320

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

DOCUMENTAÇÃO DA ORGANIZADORA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.498.974/0002-81 FILIAL</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/06/2019</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INP</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>
---	-----------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas
58.11-5-00 - Edição de livros
58.13-1-00 - Edição de revistas
58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO AV JOSE MARIA DE BRITO</div>	<div>NÚMERO 1707</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--	----------------------------	----------------------------------

<div>CEP 85.864-320</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM DAS NACOES</div>	<div>MUNICÍPIO FOZ DO IGUACU</div>	<div>UF PR</div>
-------------------------------	--	--	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR</div>	<div>TELEFONE (41) 3778-1730/ (41) 3778-1731</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/06/2019</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/02/2025 às 18:23:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 045/2025

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que a empresa **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**, CNPJ 10.498.974/0002-81, com endereço à AV JOSE M DE BRITO, Nº 1707 - JARDIM DAS NAÇÕES - FOZ DO IGUAÇU - PR - CEP: 85864320, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº **03423**, concedido em 05/10/2023, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

CAROLINE LEAL JUSTEN

32354

CERTIFICAMOS, ainda que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, até o exercício de 2025, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador.

Esta certidão é válida até 31/12/2025.

Curitiba, 09 de janeiro de 2025.



Confirme a autenticidade e a regularidade deste documento na página
<http://cra-pr.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/>,
mediante número de controle a seguir: **f4265380-5835-4cc8-b010-0ce9611b9c05**



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036204261-70

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.498.974/0002-81**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/07/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR,
PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO
PÚBLICO

BEL. GUAÍPI DI LAURO
SERVENTUÁRIO DESIGNADO



BEL. ARIANE JACQUELINE GONZALEZ
BEL. KELLEN MAYARA BUBIAK

FUNCIONÁRIAS JURAMENTADAS

CERTIDÃO NEGATIVA (PARA FINS GERAIS)

GUAÍPI DI LAURO, Serventuário Designado dos Cartórios Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICO a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de Distribuições Cíveis existentes, não incluindo buscas na vara empresarial regionalizada de Cascavel - Paraná., sob minha guarda neste Ofício, verifiquei neles NÃO CONSTAR, em andamento, EXCLUSIVAMENTE ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, proposta em desfavor de:

INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E
PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA

CNPJ: 10.498.974/0002-81

Dada e passada nesta cidade e comarca de FOZ DO IGUAÇU, Estado do PARANÁ, ao(s) 29 dia(s) do mês de abril do ano de 2025.

Buscas procedidas no(s) último(s) 40 ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.



QR Code de Autenticação
Disponível por 120 Dias

GUAÍPI DI LAURO: 58468013900
ASSINADO DIGITALMENTE
DISTRIBUIDOR DE FOZ DO IGUAÇU
DATA: 20250430160902

Avenida Pedro Basso, 1001 – Jardim Pólo Centro – Foz do Iguaçu – Paraná – CEP: 85.863-756

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R\$ 42,96.

A presente Certidão somente terá validade com o Carimbo Oficial do Cartório Distribuidor.

FLAVIO

Página 1/1

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse www.distribuidorfoz.com.br com o código F4D8DC6



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA
ADMINISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**
CNPJ: 10.498.974/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 19:43:04 do dia 22/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/05/2025.

Código de controle da certidão: **71F6.7192.E94D.FAC2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**

CPF/CNPJ: **10.498.974/0002-81**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:00:19 do dia 22/04/2025 , com validade até o dia 22/05/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: mFLL7RKFFsvjfvIjyosv

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/04/2025 às 15:39) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 10.498.974/0002-81.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6807.E264.913F.6172 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
C.N.P.J. :76.206.606/0001-40
Praça: Getulio Vargas, Nº280 - Centro - CEP: 85851-340 Foz do Iguaçu - PR
E-mail: 24horas@pmfi.pr.gov.br
Home Page: <http://www.pmfi.pr.gov.br/>



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - PESSOA JURIDICA
Nº 2393093/2025

Nome do Requerente: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA

Razão Social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA

CNPJ: 10498974000281

CME: 77423

Ativ. Principal: -

Endereço: AVENIDA JOSÉ MARIA DE BRITO **Nº:** 1707

Bairro: PARQUE MONJOLO

Complemento:

Cidade: FOZ DO IGUAÇU **UF:** PR

Finalidade:

Observação:

Situação do CME: Empresa com situação de Cadastro ATIVA

Atendendo solicitação da parte interessada, verificou-se os registros do DEPARTAMENTO DE RECEITA, e constatou-se a INEXISTÊNCIA débitos tributários vencidos em nome do contribuinte acima identificado. Fica ressalvado o direito da Fazenda Publica Municipal cobrar débitos posteriormente constatados, mesmo referente ao período nesta certidão compreendido

Foz do Iguaçu PR quinta-feira, 20 de fevereiro de 2025 às 00:00 hs.

Certidão Válida até 21/05/2025
CERTIDÃO CONCEDIDA GRATUITAMENTE

A autenticidade dessa certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (www2.pmfi.pr.gov.br/24horas) através do código de autenticidade Nº 2393093
Aprovada pelo Decreto nº 23988/2015
Emitente: 24horas

Empresas cadastradas para o CNPJ:

CMC	CNPJ	Razão Social
54677	10498974000109	INSTITUTO NEGÓCIOS PUBLICOS DO BRASIL-ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA-INP-LTDA-ME
63000	10498974000109	INSTITUTO NEGÓCIOS PUBLICOS DO BRASIL-ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA-INP-LTDA-ME
77423	10498974000281	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA

Situação
EXCLUIDA DE OFÍCIO
ATIVA
ATIVA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS
NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.498.974/0002-81
Certidão nº: 80365774/2024
Expedição: 21/11/2024, às 16:53:11
Validade: 20/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.498.974/0002-81**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA			Protocolo: PRC2501765128		
NIRE : 41206229732					
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41206229732		CNPJ 10.498.974/0001-09	Data de Ato Constitutivo 25/06/2008	Início de Atividade 25/06/2008	
Endereço Completo Rua IZABEL A REDENTORA, Nº 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, CENTRO - São José dos Pinhais/PR - CEP 83005-010					
Objeto Social PESQUISA E ESTUDOS MERCADOLÓGICOS , EDIÇÃO, PUBLICAÇÃO DE LIVROS, REVISTAS E BOLETINS, PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIO E CONGRESSOS NAS ÁREAS PÚBLICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE LICITAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA E ASSESSORIA EM SOFTWARE, PROGRAMAS DE INFORMÁTICA, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.					
Capital Social R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)		Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Capital Integralizado R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome RUIMAR BARBOZA DOS REIS	CPF/CNPJ 815.706.009-53	Participação no capital R\$ 82.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome RUDIMAR BARBOSA DOS REIS	CPF/CNPJ 574.460.249-68	Participação no capital R\$ 123.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome RUDIMAR BARBOSA DOS REIS		CPF 574.460.249-68	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento				Situação ATIVA	
Data 04/08/2021	Número 41901961659	Ato/eventos 002 / 023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE		Status SEM STATUS	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
1 - NIRE: 41901807595		CNPJ: 10.498.974/0002-81			
Endereço Completo AVENIDA José Maria de Brito, Nº 1707 , Jardim das Nações, Foz do Iguaçu, PR, CEP: 85864320					
2 - NIRE: 41901961659		CNPJ: 10.498.974/0003-62			
Endereço Completo RUA DOUTOR BRASILIO VICENTE DE CASTRO, Nº 111, SALA 1003 ANDAR 10 COND EUROBUSINESS CD CMRL , CAMPO COMPRIDO, Curitiba, PR, CEP: 81200526					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/04/2025, às 16:58:45 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código GHVFTCJF.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

DECLARAÇÃO

A empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil inscrito no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, com sede na Av. José Maria de Brito, 1707 - bairro Jardim das Nações, cidade de Foz do Iguaçu/PR CEP: 85.864-320, por intermédio do seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da Carteira de Identidade nº 4.086.763-5 SSPRS e do CPF 574.460.249-68, DECLARA que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau e/ou não sou conjugue ou companheiro (a) de servidor da Administração Direta ou indireta deste Município, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerce suas funções na área responsável pela demanda ou contratação.

Observações: Parentes em reta: pais, avós, bisavós, filho (a), neto (a) e bisneto (a)

Parente linha colateral: irmão (a), tio (a), sobrinho (a).

Parentes por afinidade: genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado (a), neto (a) do conjugue, bisneto (a) do conjugue e sobrinha (a) do conjugue

Autoridade nomeante: Prefeito/Superior de Entidade da Administração indireta

Curitiba/PR, 15 de abril de 2025.

INSTITUTO NEGOCIOS
PUBLICOS DO BRASIL
ESTUDOS E
P:10498974000109

Assinado de forma digital por
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO
BRASIL ESTUDOS E
P:10498974000109
Dados: 2025.04.15 14:44:55 -03'00'

INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS



Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@institutonp.com.br

Av. José Maria de Brito nº 1707,
Jd. das Nações, Foz do Iguaçu-PR
CEP: 85.864-320

negociospublicos.com.br

DECLARAÇÃO

O Instituto Negócios Públicos do Brasil situado na Av. José Maria de Brito, 1707, Jardim das Nações, na cidade de Foz de Iguaçu/PR. Inscrito no CNPJ-MF sob o n.º 10.498.974/0002-81, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da identidade nº 4.086.763-5 e CPF 574.460.249-68, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de contratação por inexigibilidade de licitação, ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Curitiba/PR, 15 de abril de 2025.

INSTITUTO NEGOCIOS
PUBLICOS DO BRASIL
ESTUDOS E
P:10498974000109

Assinado de forma digital por
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS
DO BRASIL ESTUDOS E
P:10498974000109
Dados: 2025.04.15 14:45:17 -03'00'

INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS



Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@institutonp.com.br

Av. José Maria de Brito nº 1707,
Jd. das Nações, Foz do Iguaçu-PR
CEP: 85.864-320

negociospublicos.com.br

DECLARAÇÃO

O Instituto Negócios Públicos do Brasil inscrito no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, com sede na Av. José Maria de Brito, 1707 - bairro Jardim das Nações, cidade de Foz do Iguaçu/PR, através de seu representante legal Rudimar Barbosa dos Reis, portador da identidade nº 4.086.763-5 e CPF 574.460.249-68, DECLARA, que não é inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (ART 87, IV da lei 8666).

Por ser verdade, firmo o presente

Curitiba/PR, 15 de abril de 2025.

INSTITUTO NEGOCIOS
PUBLICOS DO BRASIL
ESTUDOS E
P:10498974000109

Assinado de forma digital por
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS
DO BRASIL ESTUDOS E
P:10498974000109
Dados: 2025.04.15 14:45:35 -03'00'

INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS



Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@institutonp.com.br

Av. José Maria de Brito nº 1707,
Jd. das Nações, Foz do Iguaçu-PR
CEP: 85.864-320

negociospublicos.com.br

DECLARAÇÃO

O Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP Ltda, inscrito no CNPJ 10.498.974/0002-81, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da identidade nº 4.086763 e CPF 574.460.249-68, DECLARA, para fins que se compromete a ampliar as melhores práticas de sustentabilidade na condução dos serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012 e a Lei Estadual nº 20.132/2020.

Curitiba/PR, 15 de abril de 2025.

INSTITUTO NEGOCIOS
PUBLICOS DO BRASIL
ESTUDOS E
P:10498974000109

Assinado de forma digital por
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO
BRASIL ESTUDOS E P:10498974000109
Dados: 2025.04.15 14:46:58 -03'00'

INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS



Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@institutonp.com.br

Av. José Maria de Brito nº 1707,
Jd. das Nações, Foz do Iguaçu-PR
CEP: 85.864-320

negociospublicos.com.br

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 10.498.974/0002-81
Razão Social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL LTDA
Endereço: AV JOSE MARIA DE BRITO 1707 / JARDIM DAS NACOES / FOZ DO IGUACU / PR / 85864-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/04/2025 a 16/05/2025

Certificação Número: 2025041708341563559393

Informação obtida em 22/04/2025 15:36:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**
CPF/CNPJ: **10.498.974/0002-81**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 15:37:29 do dia 22/04/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: IA5T220425153729

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECEITA



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
354165/2020
C.M.C. Nº 077423



NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA		CPF/CNPJ: 10498974000281	
NOME DE FANTASIA: INP			
CONSTITUIÇÃO: Sociedade Empresária Limitada			
ENDEREÇO: AV. JOSE MARIA DE BRITO		NÚMERO: 1707	COMPLEMENTO:
BAIRRO: JARDIM DAS NACOES	CEP: 85864320	ÁREA ABERTA M²: 0,00	ÁREA CONSTRUÍDA M²: 0,00
ATIVIDADE: 4761-0/02 - Comércio varejista de jornais e revistas; 5811-5/00 - Edição de livros; 5813-1/00 - Edição de revistas; 5823-9/00 - Edição integrada à impressão de revistas; 6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7320-3/00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública; 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. ***APENAS INSCRIÇÃO PARA DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO, CONFORME ART. 12,§ 1º DO DECRETO Nº 26.060/2017. NÃO IMPLICA EM LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.			
RESTRICÇÕES: *** NÃO EXERCERÁ ATIVIDADES COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU ADMINISTRATIVAS NO LOCAL; *** PROIBIDO A OBSTRUÇÃO DO PASSEIO E VIAS PÚBLICAS; *** DEVERÁ REALIZAR O PEDIDO DE RECADASTRAMENTO DE 3 EM 3 ANOS POR MEIO DE PREENCHIMENTO E ASSINATURA DO TERMO DE RECADASTRAMENTO, COM PRAZO ESTIPULADO POR EDITAL, SOB PENA DE CANCELAMENTO DE OFÍCIO DA INSCRIÇÃO. *** SOLICITAR A BAIXA QUANDO ENCERRAR AS ATIVIDADES.			
VIGÊNCIA DA LICENÇA PARTIR DE: 01/01/2020		PROTOCOLO:	

CONCEDE-SE A PRESENTE LICENÇA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 443 DA LEI COMPLEMENTAR 82/2003 E ART. 67 DO DECRETO Nº27.785 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, AO CONTRIBUINTE SUPRA IDENTIFICADO, CUJA VALIDADE POSSUI PRAZO INDETERMINADO ENQUANTO NÃO OCORRER ALTERAÇÕES NO ESTABELECIMENTO/CONTRIBUINTE, OU AS OCORRÊNCIAS DE NULIDADE CASSAÇÃO OU SUSPENSÃO DA LICENÇA NA FORMA DA LEI 82/2003.

ESTA LICENÇA TEM SUA VALIDADE E EFICÁCIA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO CONJUNTA DO: CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLB OU CERTIFICADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS - CVCB; DAS LICENÇAS AMBIENTAIS PARA AS ATIVIDADES DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE; E DA LICENÇA SANITÁRIA PRA AS ATIVIDADES DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ENTRE OUTRAS EXIGÊNCIAS AFETAS ÀS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CONTRIBUINTE, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Foz do Iguaçu, quinta-feira, 2 de janeiro de 2020

A autenticidade deste comprovante poderá ser verificada no endereço <http://www.pmf.pr.gov.br/> com o código de autenticidade Nº **354165**
GERADO POR:Lexsom.Vinicius IMPRESSO POR: 24horas quarta-feira, 5 de março de 2025

	<p>SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná</p>	
---	--	---

Sua solicitação não pode ser atendida

Serviço:	SINTEGRA - Consulta Empresa
Data / Hora:	28/04/2025 às 14:24:47
Motivo:	10498974000281 - CNPJ NÃO CADASTRADO NO CAD.ICMS PR
Recomendação:	É provável que haja alguma incorreção nas informações que você digitou. Por favor, verifique, corrija e tente novamente.

[Voltar](#)

Correspondência Interna 065/2025.

Documento: **CONTRATACAODEVAGASCONTRATOSWEEK.pdf.**

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 05/05/2025 16:08, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 05/05/2025 17:47.

Inserido ao documento **1.128.365** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 05/05/2025 16:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
63be7359c9fca562dab1da33ec67576a.